



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Origem: Câmara Municipal de Prata

Natureza: Prestação de Contas Anuais – exercício de 2021

Responsável: Verônica Maria Nunes Barros (Presidente)

Interessados: Adeilza Procópio da Silva / Anastacio Wagner Sousa Barros / Elinete da Silva Sousa Ângelo

José Erinaldo de Sousa / José de Assis Maciel / José Ermírio Freitas de Almeida

Mário José Albino Queiros / Pedro Estevão Neto (Vereadores)

Contador: Jeferson Roberto da Silva Siqueira (CRC/PB 7.671/O)

Advogado: Emerson Vasconcelos Silva Ferreira (OAB/PB 27.787)

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

PRESTAÇÃO DE CONTAS. Câmara Municipal de Prata. Exercício de 2021. Cumprimento integral dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Regularidade com ressalvas. Informação de que a decisão decorreu do exame dos fatos e provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão.

ACÓRDÃO AC2 – TC 02598/22

RELATÓRIO

Cuidam os autos da prestação de contas anual advinda da Mesa Diretora da **Câmara Municipal de Prata**, relativa ao exercício de **2021**, de responsabilidade da sua Vereadora Presidente, Senhora VERÔNICA MARIA NUNES BARROS.

Durante o exercício de 2021, foi instaurado o Processo de Acompanhamento da Gestão (TC 00153/21), com a elaboração de **oito** alertas.

A Auditoria lavrou **Relatório Inicial** (fls. 224/233), por meio da Auditora de Controle Externo (ACE) Érika Manuella de Andrade Campos, subscrito pelo ACE Sebastião Taveira Neto (Chefe de Divisão), com as seguintes colocações e observações:



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

1. Na gestão geral:

- 1.1. A **prestação de contas** foi enviada dentro do prazo legal, instruída pelos documentos regularmente exigidos;
- 1.2. A lei orçamentária anual **estimou** as transferências em R\$921.500,00 e **autorizou despesas** em igual valor, sendo efetivamente **transferidos** R\$781.883,28 e **executadas despesas** em R\$781.773,94;
- 1.3. Não foi indicada despesa sem **licitação**;
- 1.4. O **gasto total** do Poder Legislativo (R\$781.883,33) foi de **7%** do somatório da receita tributária e das transferências do exercício anterior (R\$11.169.761,86), dentro do limite constitucional de 7%;
- 1.5. A despesa com **folha de pagamento** (R\$546.793,31) atingiu o percentual de **69,93%**, dentro do limite de 70% em relação à receita da Câmara;
- 1.6. Normalidade nos **balanços** e na movimentação **extraorçamentária**;
- 1.7. Os **subsídios** dos Vereadores com adequação ao limite constitucional, porém com indicação de recebimento em excesso;
- 1.8. Constatou-se, nos recolhimentos dos encargos **previdenciários** patronais, que, para um valor estimado de R\$114.826,59, houve pagamento de R\$115.279,69, perfazendo uma diferença a maior de R\$453,10 em relação à estimativa.

2. Na gestão fiscal (Lei Complementar 101/2000):

- 2.1. As **despesas com pessoal** (R\$662.073,00) corresponderam a **3,33%** da receita corrente líquida do Município (R\$19.864.000,12), dentro do índice máximo de **6%**;
- 2.2. No final do exercício, não houve **saldo a pagar de despesas com pessoal**;
- 2.3. Os **relatórios** de gestão fiscal (RGF) foram elaborados, publicados e encaminhados conforme a legislação.

3. Não houve **denúncia** durante o exercício em análise.

4. Não foi realizada **diligência** na Câmara Municipal.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Ao término do Relatório, a Auditoria apontou as seguintes máculas:

Subitem	Irregularidade	Fundamentação Legal	Item do Relatório
1	Remuneração de vereadores em desconformidade com o disposto na CRFB/1988.	Art. 37, inciso X da CRFB/1988	4.1
2	Despesas irregulares com Assessorias e Consultorias no valor de R\$66.300,00	Art. 37, inciso II da CRFB/1988 e Parecer PN TC 16/2017	7.1

Foram determinadas as notificações de todos os Vereadores (fls. 234/235), tendo sido ofertadas defesas por meio dos Documentos TC 82084/22 (fls. 263/297) e 82089/22 (fls. 308/309).

Após exame das defesas apresentadas, foi confeccionado relatório (fls. 316/324), subscrito pelo Chefe de Divisão, ACE Sebastião Taveira Neto, chancelado pelo Chefe de Departamento, ACE Gláucio Barreto Xavier, mantendo as eivas outrora indicadas.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público junto ao TCE/PB, em parecer da lavra da Procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz (fls. 327/334), pugnou da seguinte forma:

EX POSITIS, pugna este membro do *Parquet* Especializado pela:

- REGULARIDADE COM RESSALVAS** das Contas referentes ao exercício financeiro de 2021 da Sra. **Verônica Maria Nunes Barros**, na qualidade de **Vereadora-Presidente da Câmara Municipal de Prata**;
- DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO** aos requisitos de gestão fiscal responsável, previstos na Lei Complementar nº 101/2000;
- COMINAÇÃO DE MULTA PESSOAL** ao prevista no inc. II do art. 56 da LOTC/PB à Gestora supracitada, dada a natureza das irregularidades em que incorreu e;
- BAIXA DE RECOMENDAÇÃO** à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Prata no sentido de observar fidedignamente os limites constitucionalmente estabelecidos na fixação e percepção dos subsídios dos seus Membros, cumprindo fidedignamente os ditames da Carta Magna e das normas infraconstitucionais aplicáveis a espécie e realizar licitações via procedimento regular quando exigidas.

O julgamento foi agendado para a presente sessão, com as intimações de estilo (fl. 335).



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

VOTO DO RELATOR

Dentre os princípios que regem a atividade administrativa estatal ancora-se o do controle, cuja finalidade atrela-se à própria natureza do Estado, que lhe limita a atividade e busca conformar necessariamente o desenvolvimento de suas ações à ordem jurídica. Destarte, objetiva o controle, para a defesa da própria administração e dos direitos dos administrados, bem como para assegurar a cada ente da federação o pleno exercício da sua missão constitucionalmente outorgada, uma atuação da Administração Pública sintonizada com os princípios constitucionais que a norteiam, a saber: legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência. É finalidade, pois, do controle avaliar a aplicação de recursos públicos sob os focos da legalidade (regularidade formal) e da conquista de bons resultados (aplicação com eficiência, eficácia e efetividade - legitimidade).

Com efeito, o foco do controle deverá estar no resultado auferido e nos meios empregados, jamais, isoladamente, num ou noutro. O olhar tão somente no último pode levar o controle a se conformar com a adequação dos procedimentos e o insucesso dos resultados alcançados, o que o colocaria na contramão da finalidade da atividade financeira do estado, qual seja **a satisfação das necessidades coletivas**. Sobre o tema, acentua, com singular propriedade, o Auditor de Contas Públicas Carlos Vale, desta Corte de Contas:

*“A atuação eficiente da auditoria pública, tanto no âmbito da regularidade dos atos e fatos administrativos, quanto, e **principalmente, no aspecto da operacionalidade**, permite à sociedade obter do poder público melhores níveis de educação, saúde, segurança, serviços urbanos, etc., o que, sem dúvida, proporciona melhor qualidade de vida para a comunidade como um todo”*.¹

Feitas as considerações iniciais passa-se a comentar as irregularidades listadas pelo Órgão Técnico.

Remuneração de Vereadores em desconformidade com o disposto na CF/88.

No relatório exordial, a Auditoria registrou o seguinte levantamento quanto à remuneração dos parlamentares (fls. 226/228):

¹ VALE, Carlos. *Auditoria Pública – um enfoque conceitual*. João Pessoa: Universitária, 2000, p. 59.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Merece registro, ainda, o fato de que, conforme consta do SAGRES online, os subsídios mensais percebidos pelo Presidente do Legislativo Mirim e por cada um dos demais vereadores estão majorados, no presente exercício, em relação àqueles percebidos no exercício de 2017 (Presidente – R\$ 4.550,00 e Vereador – R\$ 3.500,00), em, respectivamente, R\$ 1.105,00 e R\$ 850,00.

[...]

Saliente-se, ainda, que esta Corte de Contas por meio do Parecer Normativo PN – TC 02/21 confirmou seu entendimento afirmando que para o exercício de 2021, deverão ser mantidos os mesmos parâmetros e limites dos subsídios fixados para a legislatura anterior, aceitos por este Tribunal através da Resolução RPL-TC- 06/2017.

Resta evidente, portanto, que ocorreu majoração dos subsídios no Legislativo municipal, ao longo do período 2017/2021, indo de encontro à previsão contida no inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, bem como em sentido inverso ao que determinou a Resolução RPL-TC-006/2017 c/c Parecer Normativo PN – TC 02/21, assim, deve o Gestor, bem como os vereadores do município, apresentar as devidas justificativas sob pena de devolução dos valores considerados excessivos, conforme registrado no quadro a seguir:

Agente Político	Valor Total (12 mese)
Vereador Presidente	R\$ 13.260,00
Demais Vereadores	R\$ 10.200,00

Obs. a relação nominal dos Vereadores encontra-se no Anexo II deste relatório.

Na defesa ofertada (fl. 264), foi argumentado resumidamente que, para o a legislatura 2021/2024, não houve edição de comando normativo fixando os subsídios dos parlamentares, tendo sido pagos os valores relativos à legislatura pretérita (2017/2020), cuja fixação se deu por meio da Lei Municipal 167/2016.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

O Corpo Técnico não acatou a defesa, com base na seguinte análise (fls. 319/320):

Observa-se, no caso presente, a adoção da Lei Municipal Nº 167/2016, na fixação de um percentual ao que percebe os deputados estaduais, conforme transcrição a seguir:

Art. 2º. O subsídio de Vereador da Câmara Municipal de Prata-PB a partir da legislatura subsequente será sempre fixado no valor de até 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputado da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, nos termos do art. 29, VI, alínea "a", da Constituição Federal.

§ 1º Em razão do estabelecido no caput deste artigo, o valor fixado para o subsídio dos Vereadores da próxima legislatura permanecerá no mesmo patamar da legislatura atual, que corresponde a R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

§ 2º O vereador presidente, enquanto mantiver esta qualidade, perceberá o subsídio mensal de vereador acrescido de trinta por cento (30%) como verba de representação.

Como se pode observar a fixação dos subsídios dos vereadores de prata se deu em valor percentual, contrariando toda legislação que rege a matéria. Considerando-o como teto remuneratório, para, ao longo da legislatura, proceder reajustes até o limite fixado, em razão do aumento dos subsídios dos deputados estaduais. Pois, de fato, no exercício base (janeiro/2017), a Presidente recebeu – R\$ 4.550,00/mês e os demais vereadores – R\$ 3.500,00/mês (fonte: SAGRES online).

Assim sendo, vê-se a adoção pelo Poder Legislativo de Prata, de um "gatilho" para reajustes dos subsídios dos parlamentares vinculado ao possível crescimento da receita municipal, e, por tabela, dos duodécimos repassados, tendo como teto remuneratório o valor fixado pela norma municipal. Tal prática demonstra flagrante descumprimento ao que disciplina a legislação pertinente acerca da matéria.

[...]



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Do quadro anteriormente evidenciado, verifica-se que efetivamente houve reajuste nos subsídios pagos aos Vereadores do Município de Prata, no exercício de 2021, em relação ao mês de janeiro/2017, sem qualquer justificativa legal apresentada pelos defendentes, a exemplo de revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal/88, bem como nos termos disciplinados, sobre a matéria em referência, pela Resolução RPL-TC 006/2017 c/c Parecer Normativo PN – TC 02/21, prolatados pelo TCE/PB e também a RPL-TC 00015/22.

Em face de todo o exposto, a Auditoria, salvo melhor juízo, mantém seu posicionamento inicial quanto ao excesso de remuneração percebidos pelos Vereadores daquela Edilidade, no valor de R\$ 10.200,00, para cada um dos Vereadores e no valor de R\$ 13.260,00, para o Vereador Presidente.

O Ministério Público de Contas se manifestou da seguinte forma (fls. 328/329):

A Unidade de Instrução apontou, inicialmente, como irregularidade a **Remuneração de vereadores em desconformidade com o disposto na CRFB/1988**, artigo 37, X, e à Resolução RPL TC 006/17, uma vez ter ocorrido a majoração dos subsídios no curso da legislatura.

Sob a ótica do Órgão de Instrução, conforme consta do SAGRES on-line, os subsídios mensais percebidos pela Presidente do Legislativo Mirim de Prata e por cada um dos demais vereadores estão majorados, no exercício em tela, em relação àqueles percebidos no exercício de 2017, em, respectivamente, R\$ 1.105,00 e R\$ 850,00, o que configura[ria] uma necessidade de devolução de R\$ 13.260,00 pelo Chefe do Legislativo em 2021 e de R\$ 10.200,00 por cada um dos demais edis.

Em sede de Defesa, os vereadores e a Presidente da Câmara de Prata alegaram que a legislação (Lei municipal nº 167/2016) que fixou os subsídios para o Período legislativo 2017/2020 e foi utilizada para o período de 2021/2024, estabeleceu limites que não apontam para um excesso de subsídios.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Todavia, no sentir do Órgão de instrução, ainda assim, o fato descumpra a Resolução RPLTC 006/17, de 25/01/2017, na qual, entre as determinações estabelecidas, encontra-se a seguinte, *litteris*:

V) A observância, quando houver alteração dos valores, da regra da revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices entre servidores públicos e agentes políticos, não cabendo a aplicação de outros índices a exemplo de inflação, IBGE/INPC, IGP-M ou percentual de reajuste para Deputado Estadual;”

Tal determinação foi embasada no que prescreve a Constituição Federal de 1988 sobre a matéria:

Art. 37. [...]

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Verifica-se, da leitura do dispositivo antes transcrito, a intenção do legislador constituinte de manter uma remuneração estável para os vereadores ao longo da legislatura, infensa à volatilidade política tão típica dos círculos legislativos.

Apesar do aumento, mesmo na esteira do calculado pela Unidade de Instrução deste Sinédrio, os valores percebidos pelos parlamentares estão de acordo com o limite disposto no art. 29, VI, da Carta Federal.

De todo modo, a conclusão foi no sentido da quebra da regra constitucional da inalterabilidade dos subsídios ao longo da legislatura e da necessidade de lei específica para fixar a remuneração dos parlamentares.

Corretíssimo o raciocínio!

Ocorre que, na prática, malgrado variados, os valores pagos estão alinhados com a legislação municipal e com o entendimento deste Tribunal sobre a matéria.

Certamente a flutuação se deu em razão de um cenário orçamentário customizável ao aumento das demandas de jaez financeiro dos edis.

Ademais, não se pode deixar de reconhecer o importante papel dos precedentes, razão por que pugno pela ressalva nas contas, sem cominação de multa ou imputação de débito.

Por conseguinte, e em atenção, sobretudo, ao princípio da segurança jurídica, à boa-fé de quem percebe subsídios na conformidade dos valores descritos em lei local – associável à teoria da aparência, ao respeito aos limites postos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e à própria legislação municipal, não declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário ou de aplicação concreta afastada por este Sinédrio, a teor da [assaz escanteada] Súmula 347 do STF, seria desarrazoado dar pela irregularidade das contas do derradeiro exercício da legislatura por força da percepção de valores diversos daqueles recebidos no primeiro ou n'outro ano da legislatura.

Então, em caráter excepcional, declino de acompanhar o raciocínio da Auditoria no que tange à imputação de débito dos montantes achados majorados e, sendo esta a única nota dissonante entre os órgãos técnicos deste Sinédrio de Controle Externo paraibano, mas entendo como necessária e expressa a recomendação à atual Mesa Diretora da Casa Legislativa Mirim de Prata para manter os subsídios fixados anteriormente à legislatura, ressalvada a hipótese de revisão anual geral dos servidores municipais.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

No ponto, conforme o SAGRES *online*, a remuneração anual dos Vereadores em 2021 foi paga nos seguintes valores: Vereador Presidente – R\$67.860,00 (valor mensal: **R\$5.655,00**) e demais Vereadores – R\$52.200,00 (valor mensal: **R\$4.350,00**). Eis a imagem do SAGRES:

Unidade Gestora	Servidor	Cargo	Vantagens (Bruto)																										
Câmara Municipal de Prata	Veronica Maria Nunes Barros	Vereador Presidente	R\$ 67.860,00																										
Município: Prata Unidade Gestora: Câmara Municipal de Prata Código da Unidade Gestora: 101152 CPF: ***.506.674-** Tipo de Cargo: Eletivo Código do Cargo: 00000004 Cargo: Vereador Presidente Data de admissão: 01/01/2017		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mês</th> <th>Valor Bruto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>12 - Dezembro</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>11 - Novembro</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>10 - Outubro</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>09 - Setembro</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>08 - Agosto</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>07 - Julho</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>06 - Junho</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>05 - Maio</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>04 - Abril</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>03 - Março</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>02 - Fevereiro</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> <tr><td>01 - Janeiro</td><td>R\$ 5.655,00</td></tr> </tbody> </table>		Mês	Valor Bruto	12 - Dezembro	R\$ 5.655,00	11 - Novembro	R\$ 5.655,00	10 - Outubro	R\$ 5.655,00	09 - Setembro	R\$ 5.655,00	08 - Agosto	R\$ 5.655,00	07 - Julho	R\$ 5.655,00	06 - Junho	R\$ 5.655,00	05 - Maio	R\$ 5.655,00	04 - Abril	R\$ 5.655,00	03 - Março	R\$ 5.655,00	02 - Fevereiro	R\$ 5.655,00	01 - Janeiro	R\$ 5.655,00
Mês	Valor Bruto																												
12 - Dezembro	R\$ 5.655,00																												
11 - Novembro	R\$ 5.655,00																												
10 - Outubro	R\$ 5.655,00																												
09 - Setembro	R\$ 5.655,00																												
08 - Agosto	R\$ 5.655,00																												
07 - Julho	R\$ 5.655,00																												
06 - Junho	R\$ 5.655,00																												
05 - Maio	R\$ 5.655,00																												
04 - Abril	R\$ 5.655,00																												
03 - Março	R\$ 5.655,00																												
02 - Fevereiro	R\$ 5.655,00																												
01 - Janeiro	R\$ 5.655,00																												
Câmara Municipal de Prata	Adeilza Procopio da Silva	Vereador	R\$ 52.200,00																										
Município: Prata Unidade Gestora: Câmara Municipal de Prata Código da Unidade Gestora: 101152 CPF: ***.741.604-** Tipo de Cargo: Eletivo Código do Cargo: 00000001 Cargo: Vereador Data de admissão: 01/01/2017		<table border="1"> <thead> <tr> <th>Mês</th> <th>Valor Bruto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>12 - Dezembro</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>11 - Novembro</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>10 - Outubro</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>09 - Setembro</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>08 - Agosto</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>07 - Julho</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>06 - Junho</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>05 - Maio</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>04 - Abril</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>03 - Março</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>02 - Fevereiro</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> <tr><td>01 - Janeiro</td><td>R\$ 4.350,00</td></tr> </tbody> </table>		Mês	Valor Bruto	12 - Dezembro	R\$ 4.350,00	11 - Novembro	R\$ 4.350,00	10 - Outubro	R\$ 4.350,00	09 - Setembro	R\$ 4.350,00	08 - Agosto	R\$ 4.350,00	07 - Julho	R\$ 4.350,00	06 - Junho	R\$ 4.350,00	05 - Maio	R\$ 4.350,00	04 - Abril	R\$ 4.350,00	03 - Março	R\$ 4.350,00	02 - Fevereiro	R\$ 4.350,00	01 - Janeiro	R\$ 4.350,00
Mês	Valor Bruto																												
12 - Dezembro	R\$ 4.350,00																												
11 - Novembro	R\$ 4.350,00																												
10 - Outubro	R\$ 4.350,00																												
09 - Setembro	R\$ 4.350,00																												
08 - Agosto	R\$ 4.350,00																												
07 - Julho	R\$ 4.350,00																												
06 - Junho	R\$ 4.350,00																												
05 - Maio	R\$ 4.350,00																												
04 - Abril	R\$ 4.350,00																												
03 - Março	R\$ 4.350,00																												
02 - Fevereiro	R\$ 4.350,00																												
01 - Janeiro	R\$ 4.350,00																												
> Câmara Municipal de Prata	Anastacio Wagner Sousa Barros	Vereador	R\$ 52.200,00																										
> Câmara Municipal de Prata	Elinete da Silva Sousa Angelo	Vereador	R\$ 52.200,00																										
> Câmara Municipal de Prata	Jose Erinaldo de Sousa	Vereador	R\$ 52.200,00																										
> Câmara Municipal de Prata	Jose Ermirio Freitas de Almeida	Vereador	R\$ 52.200,00																										
> Câmara Municipal de Prata	Jose de Assis Maciel	Vereador	R\$ 52.200,00																										
> Câmara Municipal de Prata	Mario Jose Albino Queiros	Vereador	R\$ 52.200,00																										
> Câmara Municipal de Prata	Pedro Estevaso Neto	Vereador	R\$ 52.200,00																										



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Apesar de ter sido citada a Lei Municipal 167/2016 como sendo a norma fixadora dos subsídios dos parlamentares, observa-se que o instrumento normativo pertinente é a Lei Municipal 168/2016 (fls. 267/268), por meio da qual os subsídios para 2017/2020 foram fixados em **R\$4.600,00** para os Vereadores e em **R\$5.980,00** para o Presidente da Câmara:

LEI Nº 168/2016, de 31 de outubro de 2016

Dispõe sobre o subsídio dos membros do Poder Legislativo, em atendimento aos artigos 29, VI, alínea “a” e VII, 29-A, I, § 1º, da Constituição Federal/c o art. 10, V, da Constituição do Estado da Paraíba e demais dispositivos legais da Lei Orgânica Municipal, para a legislatura 2017/2020 e dá outras providências.

[...]

CAPÍTULO II**Dos Subsídios**

Art. 2º. O subsídio de Vereador da Câmara Municipal de Prata-PB a partir da legislatura subsequente será sempre fixado no valor de até 20% (vinte por cento) do subsídio dos Deputado da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, nos termos do art. 29, VI, alínea “a”, da Constituição Federal.

§ 1º Em razão do estabelecido no *caput* deste artigo, o valor fixado para o subsídio dos Vereadores da próxima legislatura permanecerá no mesmo patamar da legislatura atual, que corresponde a R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

§ 2º O vereador presidente, enquanto mantiver esta qualidade, perceberá o subsídio mensal de vereador acrescido de trinta por cento (30%) como verba de representação.

Tratando-se, pois, de cumprimento dos valores previstos em lei municipal, com presunção de validade, não se pode categoricamente atestar ter havido pagamento excessivo.

Sobre tema análogo e sem indicar imputação de débito, opinou a Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira, nos autos do Processo TC 03770/21 (fls. 310/311):

“No presente caso, o subsídio dos Vereadores de Vista Serrana, para o período de 2017/2020, foi fixado por meio de ato normativo específico de iniciativa da Câmara Municipal, atendendo, portanto, às normas constitucionais que disciplinam a matéria.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

O fato de o Poder Legislativo ter pago, no exercício de 2017, o subsídio dos Vereadores em valor inferior ao estabelecido pela Lei Municipal nº 119/2016 e, no exercício de 2020, ter incrementado tal quantia não constitui efetiva majoração, porquanto, como já dito acima, tal pagamento se deu dentro dos limites estabelecidos na lei que fixou tal remuneração.

Não se pode afirmar, portanto, que ocorreu uma efetiva majoração dos subsídios. Todavia, este Parquet entende que houve uma inadequação ao se fixar o valor dos subsídios, decerto superestimado, assim como na forma de se proceder ao respectivo pagamento, pois não parece razoável que seja pago, dentro de uma mesma legislatura, um valor inferior ao que foi estabelecido em lei, e em exercício posterior, seja paga importância acima do valor despendido anteriormente, sem que seja apresentada qualquer justificativa.

[...]

Não obstante tais circunstâncias, esta Representante Ministerial entende que não cabe, na presente hipótese, imputação de débito, visto que não foram pagos valores excessivos em relação ao que foi estabelecido na Lei nº 119/2016.

Assim, conclui-se que os subsídios recebidos pelos Edis, no exercício em exame, não estão em desconformidade com a lei que os fixou, no entanto, o pagamento a maior no exercício de 2020, em relação à quantia paga em 2017, mostrou-se inadequado, impondo-se recomendação à Administração da Câmara no sentido de conferir estrita observância aos princípios administrativos da motivação dos atos e da transparência, bem como ao necessário planejamento orçamentário e financeiro quando do estabelecimento do valor do subsídios dos Vereadores, para evitar inadequadas variações.”

Nessa mesma linha também se deu a análise da matéria pelo Procurador Luciano Andrade Farias, nos autos do Processo TC 03766/21 (fls. 286/290):

“Em outras palavras, a Defesa sustenta que havia um “teto” remuneratório fixado na legislação municipal e que esse teto seria de R\$ 4.500,00 para cada Vereador. No entanto, alega que, em havendo permissão com base nos demais limites constitucionais, a remuneração ao longo da legislatura poderia ser reajustada, desde que observado o aludido “teto”.

[...]

**2ª CÂMARA**

PROCESSO TC 04106/22

Aqui, porém, apesar de entender que o fato é irregular, por afrontar determinação constitucional, e relevante a ponto de afetar as contas, não seria caso de devolução dos valores (imputação de débito), uma vez que os limites de remuneração previstos na legislação municipal e até mesmo no entendimento adotado por esta Corte com relação aos subsídios dos Deputados Estaduais foram observados.”

A Auditoria, nos autos do Processo TC 03582/21 (fl. 289), também atestou inexistir remuneração excessiva, em tema idêntico ao aqui tratado, em relatório subscrito pelo Auditor de Controle Externo Henrique Luiz de Andrade Lucena e chancelado pelo Auditor de Controle Externo Emmanuel Teixeira Burity (Chefe de Divisão):

“Com a evolução na remuneração dos Vereadores e do Presidente da Câmara, do Município de Curral Velho, passando seus subsídios/mensais, no valor de R\$ 2.800,00 e R\$ 5.600,00, respectivamente, no exercício de 2017, para o valor/mensal de R\$ 3.000,00 para Vereadores e R\$ 6.000,00 para o Presidente da Câmara, respectivamente, no exercício de 2020, não ultrapassaram os limites estabelecidos no art. 2º, I e II da Lei nº 390/2016, que fixam os subsídios dos Vereadores em R\$ 3.000,00 e do Vereador investido na função de Presidente da Câmara em R\$ 6.000,00, respectivamente, do Município de Curral Velho, para a legislatura 2017/2020, Proc. 03582/21, fls. 238/239.

Daí se conclui que não houve majoração nos subsídios dos cargos eletivos do Poder Legislativo Municipal, ao longo da legislatura 2017/2020, já que os valores de subsídios recebidos em 2020 não ultrapassaram o limite estabelecido Lei nº 390/2016, que fixa os subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo para a Legislatura de 2017/2020.”

No mesmo sentido, relatório produzido pelo Corpo Técnico, nos autos do Processo TC 03725/21 (fl. 251), subscrito pelo Auditor de Controle Externo Leandro Maia Pedrosa e chancelado pelo Auditor de Controle Externo Emmanuel Teixeira Burity (Chefe de Divisão):

“Conforme apontado pela defesa, e, reexaminando a matéria, esta Auditoria verificou que embora o valor da remuneração dos vereadores tenha sido majorado durante a legislatura de 2017/2020, o valor mensal pago em 2020, a cada vereador e ao presidente, é inferior ao valor fixado na Lei Municipal nº 234/2016, apresentada na defesa (fls. 238/239), que é de R\$ 5.000,00. Portanto, a Auditoria sugere que a irregularidade apontada seja relevada, no caso de entender que mesmo se tratando de irregularidade, não causou prejuízo ao erário, visto que o valor pago foi inferior ao fixado em lei.”

**2ª CÂMARA***PROCESSO TC 04106/22*

No mais, em resposta à Consulta, este Tribunal de Contas deliberou por meio do Parecer Normativo PN – TC 00002/21, publicado em 16/02/2021 (Processo TC 01077/21), que: “*para o exercício de 2021, deverão ser mantidos os mesmos parâmetros e limites dos subsídios fixados para a legislatura anterior, aceitos por este Tribunal através da Resolução RPL-TC 06/2017*”.

PROCESSO TC N.º 01077/21

Objeto: Consulta

Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Sousa

Exercício: 2021

Responsável: Radamés Gênesis Marques Estrela

Relator: Conselheiro em Exercício Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL – CONSULTA – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 1º, INCISO IX, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 C/C O ART. 2º, INCISO XV, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL. Questionamentos acerca da aplicação da Lei Complementar Federal N° 173/2020, no tocante ao aumento de subsídios dos vereadores para a legislatura 2021/2024. Conhecimento da consulta. Resposta ao consulente no sentido de que, para o exercício de 2021, deverão ser mantidos os mesmos parâmetros e limites dos subsídios fixados para a legislatura anterior, aceitos por este Tribunal através da Resolução RPL-TC-06/2017. Envio de cópia deste parecer aos demais Chefes dos Poderes Legislativos Municipais, para a adoção da mesma providência recomendada ao Presidente da Câmara do Município de Sousa. Determinações à Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI. Envio de cópia deste ato formalizador aos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, ao Chefe do Poder Legislativo Estadual, bem como ao Ministério Público Estadual.

PARECER PN – TC – 02/21

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC nº 01077/21, que trata de consulta formulada pelo Presidente da Câmara do Município de Sousa, Sr. Radamés Gênesis Marques Estrela, acerca de questionamentos sobre a aplicação da Lei Complementar Federal N° 173/2020, em relação ao aumento de subsídios dos vereadores para a legislatura 2021/2024, aprovado pelo Poder Legislativo mirim, ao final do exercício de 2020, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba decide, por unanimidade, na sessão plenária realizada nesta data, em conhecer da referida consulta e, no mérito, responder ao consulente que, **para o exercício de 2021, deverão ser mantidos os mesmos parâmetros e limites dos subsídios fixados para a legislatura anterior, aceitos por este Tribunal através da Resolução RPL-TC-06/2017.**

**2ª CÂMARA***PROCESSO TC 04106/22*

Com efeito, na prestação de contas de 2020, advinda da Câmara de Prata, a remuneração recebida pelos Vereadores foi julgada regular, conforme de colhe do voto do Relator e da decisão da Primeira Câmara deste Tribunal (Processo TC 06361/21, Acórdão AC1 – TC 01676/21, fls. 280/284):

VOTO DO RELATOR

Não obstante os posicionamentos da Auditoria e do representante do MPJTCE, este Relator entende que o fato narrado nos autos não deve ser considerado para reprovar as contas do exercício em questão, ou mesmo aplicar sanção pecuniária, visto já existir precedentes deste Tribunal de Contas, em julgados de diversas Câmaras Municipais, pelo entendimento de não haver excesso (Processo TC n.º 09033/20 - Acórdão AC2- TC n.º 00854/2021; Processo TC n.º 04503/21 – Acórdão AC1 TC n.º 094/2021, dentre outros).

Ante o exposto, voto para que os integrantes da Primeira Câmara deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba:

1. Julguem **REGULARES COM RESSALVAS** os atos de gestão e ordenação das despesas do **Sr. Antônio Carlos Bezerra do Nascimento**, ex-Presidente da Mesa da Câmara Municipal de **Prata/PB**, relativas ao exercício financeiro de 2020;
2. Declarem **ATENDIMENTO INTEGRAL** em relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, por parte daquele gestor;
3. Comuniquem à **Receita Federal do Brasil** acerca da pecha relativa à falta de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, para adoção de providências no âmbito de sua competência;
4. Recomendem à atual administração da Casa Legislativa de **Prata/PB** no sentido de observar estritamente as normas da Constituição Federal, as leis infraconstitucionais e as normas emanadas por esta Corte de Contas, evitando a reincidência das falhas observadas nos presentes autos.

[...]

ACÓRDÃO AC1 TC n.º 1.676/2021

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC n.º 06.361/21**, referente à Gestão Geral (Prestação de Contas Anual) e da Gestão Fiscal do **Sr. Antônio Carlos Bezerra do Nascimento**, ex-Presidente da Mesa da Câmara Municipal de **Prata/PB**, relativas ao exercício financeiro de 2020, acordam os Membros da **PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do Relatório e do Voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

1. Com fundamento no artigo 71, inciso II, da Constituição do Estado da Paraíba, bem como no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 18/1993, **JULGAR REGULARES COM RESSALVAS** os atos de gestão e ordenação de despesas do **Sr. Antônio Carlos Bezerra do Nascimento**, ex-Presidente da Mesa da Câmara Municipal de **Prata/PB**, relativos ao exercício financeiro de 2020;
2. **DECLARAR** o **ATENDIMENTO INTEGRAL** das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;
3. **COMUNICAR** à **Receita Federal do Brasil** acerca da pecha relativa à falta de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas, para adoção de providências no âmbito de sua competência
4. **RECOMENDAR** à atual administração da Casa Legislativa de **Prata/PB** no sentido de observar estritamente as normas da Constituição Federal, as leis infraconstitucionais e as normas emanadas por esta Corte de Contas, evitando a reincidência das falhas observadas nos presentes autos.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Observa-se que os valores dos subsídios percebidos no exercício de 2021 foram um pouco menores do que os pagos em 2020, os quais foram aceitos pelo Tribunal, nos moldes da decisão acima citada. Eis os valores de 2020:

Unidade Gestora	Servidor	Cargo	Vantagens (Bruto)
Câmara Municipal de Prata	Antonio Carlos Bezerra do Nascimento	Vereador Presidente	R\$ 63.375,00
Município:	Prata	Mês	Valor Bruto
Unidade Gestora:	Câmara Municipal de Prata	12 - Dezembro	R\$ 6.500,00
Código da Unidade Gestora:	101152	11 - Novembro	R\$ 5.655,00
CPF:	***.710.344-**	10 - Outubro	R\$ 5.655,00
Tipo de Cargo:	Eletivo	09 - Setembro	R\$ 5.655,00
Código do Cargo:	00000004	08 - Agosto	R\$ 5.655,00
Cargo:	Vereador Presidente	07 - Julho	R\$ 5.655,00
Data de admissão:	01/01/2009	06 - Junho	R\$ 5.655,00
		05 - Maio	R\$ 5.655,00
		04 - Abril	R\$ 5.655,00
		03 - Março	R\$ 5.980,00
		02 - Fevereiro	R\$ 5.655,00
		01 - Janeiro	R\$ 4.100,00
Câmara Municipal de Prata	Joao Bosco Neri de Sousa	Vereador Presidente	R\$ 4.100,00
Câmara Municipal de Prata	Adeilza Procopio da Silva	Vereador	R\$ 52.850,00
Município:	Prata	Mês	Valor Bruto
Unidade Gestora:	Câmara Municipal de Prata	12 - Dezembro	R\$ 5.000,00
Código da Unidade Gestora:	101152	11 - Novembro	R\$ 4.350,00
CPF:	***.741.604-**	10 - Outubro	R\$ 4.350,00
Tipo de Cargo:	Eletivo	09 - Setembro	R\$ 4.350,00
Código do Cargo:	00000001	08 - Agosto	R\$ 4.350,00
Cargo:	Vereador	07 - Julho	R\$ 4.350,00
Data de admissão:	01/01/2017	06 - Junho	R\$ 4.350,00
		05 - Maio	R\$ 4.350,00
		04 - Abril	R\$ 4.350,00
		03 - Março	R\$ 4.600,00
		02 - Fevereiro	R\$ 4.350,00
		01 - Janeiro	R\$ 4.100,00
Câmara Municipal de Prata	Antonio Carlos Bezerra do Nascimento	Vereador	R\$ 5.230,00
Câmara Municipal de Prata	Francineide Cheila de Oliveira	Vereador	R\$ 52.850,00
Câmara Municipal de Prata	Joao Bosco Neri de Sousa	Vereador	R\$ 48.750,00
Câmara Municipal de Prata	Jose Erinaldo de Sousa	Vereador	R\$ 52.850,00
Câmara Municipal de Prata	Jose Ermirio Freitas de Almeida	Vereador	R\$ 52.850,00
Câmara Municipal de Prata	Jose Sidney Ferreira Vieira	Vereador	R\$ 52.850,00
Câmara Municipal de Prata	Pedro Estevao Neto	Vereador	R\$ 52.850,00

Nesse compasso, não houve irregularidade do recebimento de subsídios pelos Vereadores em 2021.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Despesas irregulares com Assessorias e Consultorias no valor de R\$66.300,00.

O Órgão de Instrução indicou, à fl. 229, que, nos termos do Parecer Normativo PN - TC 16/2017, a prestação de serviços de assessorias administrativas, contábeis ou jurídicas, em regra, deveria ser realizada por servidores públicos efetivos, especialmente serviços rotineiros e genéricos demandados da administração pública, notadamente das Prefeituras e Câmaras Municipais, entendendo que não caberia a inexigibilidade de licitação para a contratação desses serviços:

Credor				Objeto	Valor (R\$)
JEFERSON SIQUEIRA	ROBERTO	DA	SILVA	Assessoria Contábil	45.500,00
EMERSON FERREIRA	VASCONCELOS	DA	SILVA	Assessoria Jurídica	20.800,00
TOTAL					66.300,00

Fonte: SAGRES

Na defesa ofertada (fl. 265), foi argumentado, resumidamente, que a Câmara Municipal do Prata não dispunha de servidores efetivos para desempenho destas atividades e que esta Corte de Contas já havia consolidado o entendimento pela possibilidade de contratação via inexigibilidade.

Por seu turno, a Unidade Técnica não acatou os argumentos apresentados, sob a seguinte fundamentação (fl. 322):

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por meio do Parecer PN TC 16/2017, possui entendimento no sentido de que a prestação de serviços de assessorias administrativas, contábeis ou jurídicas, em regra, deve ser realizada por servidores públicos efetivos. Admite-se, apenas em caráter excepcional, a contratação direta por inexigibilidade, quando os serviços forem tão singulares e excepcionais, que não possam ser atendidos pelos quadros de pessoal da Administração Pública.

Inexiste, no presente processo, a comprovação dos requisitos simultâneos exigidos pelo art. 25, II da Lei de Licitações e contratos, quais sejam: inviabilidade de competição, singularidade do serviço e notória especialização do contratado.

A defesa apresentada não esclarece o quão excepcional é o serviço prestado pelas consultorias e assessorias a ponto de justificar a contratação direta. As contratações realizadas, nitidamente, são para a prestação de serviços contínuos e rotineiros da municipalidade. Desta feita, os argumentos trazidos não possuem o condão de sanar a irregularidade em comento.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

O Ministério Público de Contas (fls. 330/333), sobre a temática, entendeu o seguinte, conforme se observa de trecho extraídos do seu pronunciamento:

Perscrutando-se os elementos contidos na instrução probatória, inexistente no processo a comprovação da inviabilidade de competição, bem como dados e informações capazes de indicar a notória especialização das empresas contratadas, bem como a singularidade do serviço. Sobre a matéria em foco, a Súmula n.º 252, do Tribunal de Contas da União tem inteira pertinência:

[...]

Na espécie, não restou comprovada a singularidade do objeto almejado pelo Poder Público, de modo a inviabilizar a competição entre os profissionais técnicos especializados disponíveis no mercado. Sabe-se que a singularidade do objeto dar-se-á quando o profissional especializado em nível padrão (médio) não for capaz de prestar o serviço, já que a natureza singular resulta da conjugação de dois elementos entre si relacionados. Um deles é a excepcionalidade da necessidade a ser satisfeita. Outro é a ausência de viabilidade de seu atendimento por parte de um profissional especializado padrão.¹

Nessa vereda, dimana da descrição do objeto contratual que outros escritórios de contabilidade e direito poderiam desempenhar o mesmo serviço, sobretudo se levada em consideração praça distinta daquela de Prata, despontando, daí, a possibilidade de disputa entre os potenciais interessados.

[...]

De fato, nas contratações públicas em destaque houve indevido privilégio, na medida em que as inexigibilidades licitatórias se apoiaram em causa manifestamente injustificada, pois, como já evidenciado:

- a) não houve demonstração da singularidade do serviço;
- b) não restou evidenciada a inviabilidade de competição, mormente se expandida a praça originária;
- c) não se produziu motivação com método comparativo para a estipulação do preço do(s) contrato(s).

A mácula concorre para a regularidade com ressalvas das presentes contas, como previsto no Parecer Normativo PN TC 52/2004, e cominação de multa pessoal à autoridade responsável, malgrado em valor didático, mínimo.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

No que tange aos serviços de assessoria jurídica, este Tribunal de Contas já orientou a todos os seus jurisdicionados sobre a contratação de serviços técnicos, conforme dicção do Parecer Normativo PN – TC 00016/17, lavrado nos autos do Processo TC 18321/17:

PROCESSO TC N.º 18321/17

Objeto: Consulta

Relator: Conselheiro Substituto Renato Sérgio Santiago Melo

Consulente: Emerson Fernandes Alvino Panta

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO DIRETA – CONSULTA FORMULADA POR PREFEITO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE EMISSÃO DE PARECER NORMATIVO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 1º, INCISO IX, e § 3º DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 C/C O ARTS. 2º, INCISO XV, E 174, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL – QUESTIONAMENTO ACERCA DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE PROFISSIONAIS OU EMPRESAS PARA PATROCINAR OU DEFENDER O ENTE PÚBLICO EM DEMANDA JUDICIAL PARA RECUPERAÇÃO DE VALORES DE ROYALTIES – LEGITIMIDADE DO CONSULENTE – INTERPRETAÇÃO DE PRECEITOS DE DIREITO PÚBLICO EM TESE – COMPETÊNCIA DA CORTE PARA OPINAR SOBRE O OBJETO ABORDADO – NECESSIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRAL DOS DISPOSITIVOS PREVISTOS NA LEI NACIONAL N.º 8.666/1993 – NORMATIZAÇÃO DA MATÉRIA. Os serviços de assessorias administrativas ou judiciais na área do direito, em regra, devem ser realizados por servidores públicos efetivos, somente podendo ser contratados diretamente com pessoas ou sociedades através de inexigibilidades de licitações, excepcionalmente, quando atendidas todas as normas previstas na lei específica que disciplina as licitações e os contratos administrativos (Lei Nacional n.º 8.666/1993).

**2ª CÂMARA***PROCESSO TC 04106/22*

O entendimento desta Corte de Contas externado por meio do indigitado Parecer foi no sentido de que os serviços de assessorias administrativas ou judiciais na área do direito, em regra, deveriam ser realizados por servidores públicos efetivos. Excepcionalmente, poderiam ser contratados diretamente com pessoas ou sociedades, desde que atendidas todas as exigências previstas na lei específica que disciplina as licitações e os contratos públicos. Nesse sentido, preenchidas as exigências legais, as contratações de serviços de assessorias administrativas ou judiciais podem ser realizadas por meio de inexigibilidade de licitação.

A questão relacionada à confiança e à capacidade técnica do contratado para justificar a inexigibilidade de licitação suscitada pela defesa é circunstância que poderia ser ponderada para a contratação direta. Registre-se, por oportuno, estar essa temática sendo discutida no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em sede do Recurso Extraordinário 656.558, com repercussão geral reconhecida.

A relatoria daquele Recurso Extraordinário coube ao Ministro DIAS TOFFOLI, o qual, em seu voto condutor, reconhece, dentre outros aspectos, a constitucionalidade de dispositivos da Lei 8.666/93, admitindo a contratação direta de escritórios e ou advogados, via inexigibilidade de licitação, pela administração pública, desde que preenchidos os requisitos legais.

No voto proferido, o insigne Ministro sustenta que, mesmo diante da existência de diversos profissionais com notória especialização, a inexigibilidade poderia manifestar-se já que os profissionais se distinguiriam por características próprias, marcada pela subjetividade. Diante desse cenário, a administração pública, no campo da discricionariedade, poderia escolher determinado especialista em detrimento de todos os outros eventualmente existentes. Veja-se trecho extraído do voto, *in verbis*:

“Como é curial, a inexigibilidade de licitação pública ocorre nas hipóteses em que se afigura a inviabilidade de competição, o que, por sua vez, pode-se manifestar por maneiras distintas ...

Além da hipótese relativa à contratação de fornecedor exclusivo (de que não se cogita na espécie), há outras tantas que também redundam na inviabilidade da competição e, por isso, dão azo à inexigibilidade de licitação pública.

Entre elas, vem à balha a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, cuja aferição, reconhecimento, é bastante complexa, dado poder haver pluralidade de pessoas capazes de prestar o serviço almejado pela Administração. No caso, a impossibilidade de haver competição derivaria da falta de critérios objetivos para cotejar os potenciais competidores.

**2ª CÂMARA**

PROCESSO TC 04106/22

Sabe-se que há serviços de natureza comum cuja prestação exige conhecimento técnico generalizado, o qual, todavia, pode perfeitamente ser comparado objetivamente numa licitação pública. Há, contudo, determinados serviços que demandam primor técnico diferenciado, detido por pequena ou individualizada parcela de pessoas, as quais imprimem neles características diferenciadas e pessoais.

Trata-se de serviços cuja especialização requer aporte subjetivo, o denominado 'toque do especialista', distinto de um para outro, o qual os qualifica como singular, tendo em vista a inviabilidade de comparar com objetividade a técnica pessoal, a subjetividade, a particular experiência de cada qual dos ditos especialistas, falecendo a possibilidade de competição.

Destaque-se, mais uma vez que, diferentemente da inexigibilidade fundada no reconhecimento de fornecedor exclusivo, nessa hipótese, os serviços enunciados no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 podem ser prestados por vários especialistas. No entanto, todos eles os realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los ...

Pois bem. Exige-se a licitação pública para se tratar com igualdade os possíveis interessados nos contratos da Administração Pública, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Para tratá-los com igualdade e para que seja possível a licitação pública, é essencial que se estabeleçam previamente critérios objetivos para comparar uns e outros. Se o critério for subjetivo, então, os interessados não serão tratados com igualdade, uma vez que a disputa se resolverá pela discricionariedade do julgador. Nesses casos, eventual interessado que venha a ser preterido não terá em que se amparar para exigir tratamento igualitário, principalmente porque o critério determinante será a livre vontade do julgador, sem que se possa cogitar de igualdade, ao menos num plano objetivo.

Se os serviços elencados no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 são prestados com características subjetivas, conseqüentemente são julgados de modo subjetivo, afastando a objetividade e, com ela, a competitividade, não se justificando a necessidade de instauração da licitação pública.

A inexigibilidade pode, como já referi, se manifestar mesmo que existam vários especialistas aptos a prestar o serviço pretendido pela Administração, já que todos eles se distinguem por características marcadas pela subjetividade, por suas experiências de cunho particular.

Exatamente por isso a Administração deverá escolher um dos especialistas em detrimento de todos os demais eventualmente existentes.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

Nesse processo discricionário, o gestor público encontra certa liberdade na escolha do especialista que reputar o mais adequado à satisfação da utilidade pretendida com a contratação, pressupondo-se, pois, a avaliação de conceitos de valor, variáveis em grau maior ou menor, de acordo com a estimativa subjetiva.

A liberdade de escolha, reconheço, não é absoluta, mas limitada. A confiabilidade, conquanto determinada subjetivamente, depende de certos requisitos objetivos, entre os quais sobressaem a experiência do especialista, sua boa reputação, o grau de satisfação obtido em outros contratos, entre outros.

Dentre os especialistas que preencham esses requisitos objetivos, o agente administrativo escolherá aquele em que deposita maior confiança, na medida em que o considere mais apto para satisfazer o interesse público que outros, valendo aí seus traços pessoais, que devem identificar-se com o que pretende a Administração” (trecho do voto do Min Dias Toffoli, no RE 656.558/SP).

Conforme se observa, muito embora reconheça que a liberdade de escolha possa existir, é registrado que não é ilimitada, absoluta, dependendo da observância de requisitos objetivos, dentro os quais se mostram relevantes, por exemplo, a experiência do especialista, a sua boa reputação, o grau de satisfação obtido noutros contratos, etc.

Aliás, é o que exige o art. 26 da Lei 8.666/93:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com efeito, para que a contratação por inexigibilidade possa ocorrer, é imperioso que, no processo administrativo de contratação, antes das fases de comunicação, ratificação e publicidade, esteja cabalmente demonstrado o atendimento às exigências legais e devidamente justificada a notória especialização, as razões da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço.

Após, como bem consigna o eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, em seu voto proferido no Recurso Extraordinário 656.558/SP: **“Dentre os especialistas que preenchem esses requisitos objetivos, o agente administrativo escolherá aquele em que deposita maior confiança”**.

Assim procedendo, restará cumprido o mencionado Parecer Normativo PN – TC 00016/17, na medida em que, observando os requisitos da lei e balizada pelos princípios da legitimidade, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade, de forma excepcional, a gestão estará contratando adequadamente serviços técnicos profissionais especializados.

Cabe. Todavia, ressalvas e recomendação, para a adequada remessa dos procedimentos de contratação a este Tribunal de Contas.

Diante do exposto, VOTO no sentido de que esta egrégia Câmara decida:

I) DECLARAR O ATENDIMENTO INTEGRAL às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II) JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a prestação de contas ora examinada;

III) RECOMENDAR à gestão da Câmara aperfeiçoar a ação pública, para que os processos administrativos relacionados às contratações diretas cumpram as exigências legais e todos os elementos necessários estejam devidamente comprovados; e

IV) INFORMAR que a decisão decorreu do exame dos fatos e provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas, nos termos do art. 140, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno do TCE/PB.



2ª CÂMARA

PROCESSO TC 04106/22

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE-PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 04106/22**, referentes à prestação de contas advinda da Mesa da **Câmara Municipal de Prata**, relativa ao exercício de **2021**, de responsabilidade da sua Vereadora Presidente, Senhora **VERÔNICA MARIA NUNES BARROS**, **ACORDAM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em:

I) DECLARAR O ATENDIMENTO INTEGRAL às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II) JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a prestação de contas ora examinada;

III) RECOMENDAR à gestão da Câmara aperfeiçoar a ação pública, para que os processos administrativos relacionados às contratações diretas cumpram as exigências legais e todos os elementos necessários estejam devidamente comprovados; e

IV) INFORMAR que a decisão decorreu do exame dos fatos e provas constantes dos autos, sendo suscetível de revisão se novos acontecimentos ou achados, inclusive mediante diligências especiais do Tribunal, vierem a interferir, de modo fundamental, nas conclusões alcançadas, nos termos do art. 140, § 1º, inciso IX, do Regimento Interno do TCE/PB.

Registre-se e publique-se.

TCE – Sessão Presencial e Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa (PB), 22 de novembro de 2022.

Assinado 22 de Novembro de 2022 às 16:56



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 23 de Novembro de 2022 às 09:55



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO